

## ESTUDO DE CASO SOBRE EDUCANDOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM TRÊS ESCOLAS PÚBLICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Célio Valdevino Ferreira Junior <sup>1</sup>  
Thaiane Gomes de Medeiros <sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho é estudo de caso promovido pela disciplina Introdução a Educação Especial, presente no currículo das licenciaturas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Essa atividade foi proposta pela docente da disciplina e tinha como objetivo investigar a organização da escolar em relação a acessibilidade da escola e dos materiais direcionados para estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE). Três escolas foram visitadas e um questionário foi direcionado para funcionários que estavam em direto contato com alunos com NEE, para os estudantes com NEE e para os administradores das instituições. Esse questionário foi gravado e se decorreu de maneira informal, com algumas questões definidas previamente. As três escolas possuíam alunos com NEE, mas em apenas uma foi possível realizar a entrevista com um aluno que possuía diagnóstico de transtorno do espectro autista (TEA). Nenhuma das escolas disponibilizou o projeto político pedagógico, mas todas afirmaram incluir alunos com NEE nas atividades regulares. O aluno com TEA afirmou ser bem tratado e bem acompanhado pelos funcionários e colegas de escola, afirmando que alguns amigos o auxiliavam em tarefas que ele tinha dificuldade.

**Palavras-chave:** Ensino Público, Transtorno do Espectro Autista, Entrevista, Educação Especial.

### INTRODUÇÃO

Certamente o povo brasileiro é rico em diversidade. Entre as tais, podemos situar muitas etnias, religiões, crenças, diferenças e deficiências, que fazem parte da sociedade e conseqüentemente, do ambiente escolar. Para tanto, a área da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um dos âmbitos de estudo que necessitam de uma maior discussão.

Discutir sobre essa área de estudo é realizar uma análise sobre o acesso e permanência de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola. Assim, cabe situar o primeiro programa sistemático de

---

<sup>1</sup> Graduando de Licenciatura Plenas em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [celio.ufrnbio@gmail.com](mailto:celio.ufrnbio@gmail.com);

<sup>2</sup> Docente assistida da disciplina Introdução a Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [thaiane...gomes@hotmail.com](mailto:thaiane...gomes@hotmail.com);

Educação Especial, que foi criado Jean Itard no século XIX e utilizado com Victor, “o menino selvagem” (RODRIGUES, 2008).

Historicamente, o início de uma preocupação em educar pessoas com deficiência foi em meados do século XVIII. Antes desse período, as pessoas com deficiência não eram consideradas educáveis e eram frequentemente confundidas como possuídas por poderes malignos, amaldiçoadas ou simplesmente estúpidas.

O período do Iluminismo influenciou a Educação Especial de várias maneiras. Para começar, Jean Jacques Rousseau (1712-1778) publica seu Emile, um livro sobre a educação das crianças. Segundo Rousseau, o aprendizado deve acontecer de acordo com a velocidade cognitiva de uma criança, com estímulos externos mínimos da sociedade, culpados por elogiarem valores sociais e materialistas. Essa ideia de ensinar as crianças no seu próprio ritmo preparou o terreno para muitos educadores.

Charles Michel L'Epeé foi um dos pioneiros no século 18, no que diz respeito à educação dos deficientes. Em 1760, ele fundou a primeira escola pública para pessoas com deficiência na França (JOHNSTON, 2005). Em contrapartida, no Brasil, os primeiros institutos especializados em propiciar educação de pessoas com deficiências (neste período apenas deficiência visual e auditiva) surgiram no final do século 19.

Então, em 1948 a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a Declaração dos Direitos Humanos em favor dos direitos de todos, sem distinção. E em 1990 ocorre um manifesto mundial de diversas nações a favor da abertura da escola para todos os alunos, inclusive aqueles que apresentavam deficiências ou outras Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Em 1994 acontece a Conferência de Salamanca, na cidade de Salamanca /Espanha, com a participação de 92 países e 25 organizações, que originou a denominada Declaração de Salamanca, a qual se constituiu numa resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os princípios, política e prática em Educação Especial, que foi disseminada para todo mundo.

Portanto, a partir do século XX, gradativamente passou-se a ter uma visão mais humanizada e pedagógica, como consequência, uma melhor aceitação da pessoa com deficiência. Assim, na atualidade é perceptível uma ampla legislação voltada à garantia de direitos desse público.

No Brasil mais recentemente foi sancionada a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), ela abrange de forma ampla uma grande parte das deficiências. “O CAPÍTULO IV” da Lei, trata especificamente, do “DIREITO À EDUCAÇÃO” e traz alguns artigos e parágrafos que determinam entre muitas orientações, que as instituições de ensino disponibilizem acessibilidade, e o melhor acompanhamento dos estudantes com deficiência, assim situado no artigo 27, que diz:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. - Lei nº 13.146, Capítulo IV

Com isso, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a educação escolar oferecida aos estudantes com deficiência e/ou outras Necessidades Educacionais Especiais em escolas públicas de Natal/RN.

## **METODOLOGIA**

Três escolas foram visitadas a fim de realizar o Estudo de Caso. Todas eram instituições escolares públicas que possuíam pelo menos um educando com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Por questões éticas, as instituições não serão identificadas, e portanto, foram tituladas através do pseudônimos. A primeira escola será descrita como Escola Estadual Professor Girafales (EEPG), a segunda como Escola Estadual Mariano Gonçalves (EEMG), e a terceira como Escola Estadual Colina Blanca (EECB).

As escolas foram observadas quanto ao nível de acessibilidade para alunos com deficiências físicas. Posteriormente, uma entrevista foi realizada com um dos funcionários das escolas. Na primeira escola visitada, a EEPG, esse funcionário era auxiliar de alunos com NEE. Era pretendido que houvesse a observação de aulas e uma entrevista com um educando com NEE, mas essas atividades não foram possíveis de serem realizadas nessa unidade de ensino. Na segunda escola, a EEMG, a pessoa entrevistada era professor da educação especial. Na terceira escola, EECB a pessoa entrevistada foi o diretor da unidade, não foi possível entrevistar professores e alunos, pois seria necessário agendamento prévio.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contato nas duas primeiras escolas (EEPG e EEMG) foi com alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com Winnicott (1997), o autismo não é considerado uma doença e sim um distúrbio do desenvolvimento humano. Sobre o autismo, Fonseca, (2007, p.72) comenta que “a enorme variação de sintomas é algo que leva a acreditar que o autismo constitui um grupo de transtornos diferenciados, isto é, há vários níveis de autismo”.

Dessa forma, é foi notado que o acompanhamento da família junto à escola é de extrema importância, e que não existe uma receita única para a inclusão de alunos com Transtornos do Espectro Autista, pois cada caso deve ser avaliado separadamente, visto que duas crianças com autismo podem ter comportamentos e características muito diferentes, necessitando de estratégias de apoio individualizadas.

Nas duas primeiras escolas não foi possível ter acesso ao Projeto Político Pedagógico, pois a diretora da escola não estava presente durante as visitas. Já na EECB apesar do entrevistado ser o diretor, este apenas afirmou que segue as normas da Secretaria Estadual de Ensino quanto ao atendimento inclusivo de alunos com NEE. Foi observado que a estrutura de ambas as escolas EEGP e EEMG são adequadas para dar o suporte básico a alunos com algum tipo de necessidade especial, tanto quanto à acessibilidade para alunos com dificuldades de locomoção, como ao suporte dado por professores, coordenação, acompanhantes dos alunos e da direção para alunos com outros tipos de necessidade.

### Primeiro Relato

Na EEGP não foi possível entrar em contato diretamente com o acompanhante do aluno com e nem com o aluno com TEA. Ambos não estavam presentes. Foi possível conversar com um dos professores e a estagiária de Psicologia. O que elas relataram é que a escola dispõe de dois acompanhantes para alunos que possuam algum tipo de necessidade especial, sendo um presente durante o turno matutino e o outro no vespertino.

Foi informado que o aluno em questão mantém um bom contato com todos na escola, mas, segundo a percepção dos entrevistados, o aluno parece receber uma liberdade muito

grande, ao ponto de até mesmo “pegar coisas da lanchonete” sem ninguém reclamar, nem desconfiar. As pessoas parecem agir com naturalidade, por “saberem que ele possui uma deficiência”. Ele possui acompanhamento em sala de aula, estando alguns dias em sala reservada fazendo atividades com o seu acompanhante. Além disso, a escola possui provas diferenciadas para cada aluno com NEE, dependendo das necessidades individuais dos mesmos.

## **Segundo Relato**

Na EEMG, foi feito contato direto com o aluno que possuía TEA e com a sua auxiliar. Foi perguntado a ele como ele se sentia ali naquele ambiente escolar e se ele tinha algo a reclamar, conversando com ele sempre buscando uma linguagem simples. Prontamente ele respondeu que gosta dos amigos, dos professores, gosta de fazer desenhos associativos para as disciplinas e se sente bem na escola.

Temos de ter em mente, como cidadãos e futuros profissionais, que o aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber (CUNHA, 2011, p. 68). Um fato interessante era o dele sempre está sempre falando na terceira pessoa.

Ao conversar com a auxiliar do aluno, ela relatou que ele desenvolve atividades e jogos na sala de recursos duas vezes na semana, no horário da manhã, que não é o turno dele na escola, ele estuda à tarde em sala de aula normal. O aluno é tratado de forma igual aos demais alunos, devendo seguir as mesmas regras. Ele é afastado apenas quando há episódios agressivos, devido ao TEA.

Quanto às matérias ele possui dificuldade em matemática e português, não sabe ler, mas no geral ele tira boas notas em suas avaliações que são apropriadas para melhor compreensão deste aluno. Os professores são bem engajados no desenvolvimento do material para ele.

É importante ressaltar que as crianças com TEA levam mais tempo para aprender do que é de comum senso, como, por exemplo, saber que se outra pessoa está satisfeita porque expressou um sorriso ou pela sua ou gesticulação não verbal. Além da dificuldade de interação social, comportamentos agressivos são comuns, especialmente quando estão em ambientes estranhos ou quando se sentem frustrados.

Em adendo, o aluno com TEA mudava bastante de escola, por não conseguir se adaptar, mas assim como relatado pelo aluno, os colegas de turma colaboram com o seu ensino, e talvez esse seja um dos motivos de lá ser a escola onde ele melhor se adaptou. Ele toma medicação, mas não tivemos nome ao acesso dos mesmos.

Mas, além de estar sendo bem acompanhado no ambiente escolar, a professora relata que a mãe dele é muito participativa nas atividades dele e acompanha tudo. Além disso, a irmã dele é psicóloga, acompanha ele, sendo até um pouco rígida em alguns momentos, e está sempre participando das atividades no colégio e em casa.

E, como relatado por Santos (2014), é necessário acompanhamento médico especializado, juntamente com os trabalhos de pais, educadores e terapeutas, a fim de desenvolver nesta criança as áreas cognitivas, afetivas, sociais e relacionais. Alguns programas podem ser feitos em casa, na escola ou nas instituições de ensino especializadas, com a ajuda de profissionais treinados e qualificados.

### **Terceiro Relato**

Na terceira escola, a EECB, a estrutura de acesso aos alunos com dificuldades de locomoção é precária, há uma rampa logo na entrada, porém, esta é a única adaptação, claramente insuficiente, já que ela termina no segundo lance da escada da entrada principal, para que um cadeirante possa adentrar a escola é preciso dar a volta toda no prédio e ainda assim o acesso é apenas parcial, alcançando algumas salas apenas. Em entrevista com o diretor da escola, ele mesmo apontou a falha e repassou todas as informações solicitadas. Nesta escola há dezessete alunos com NEE, sendo 8 com deficiência intelectual, 4 com deficiência auditiva, dois com deficiência física, dois com surdez, e um com deficiência múltipla.

A escola não possui sala multifuncional, e os professores não adaptam às aulas para os alunos com NEE, apenas as provas são adaptadas sendo diferenciadas para cada tipo de necessidade atendida. Segundo o diretor, a principal adaptação é o tempo maior para realização das provas. A escola no momento não conta com intérprete de Libras, pois segundo ele, a pessoa com essa função era cedida pela própria Secretaria Estadual de Ensino e, desde o fim do contrato relativo a essa contratação, não ocorreu renovação.

Mas, ele também informou que serão disponibilizados novos profissionais intérpretes, agora concursados, devido à decisão recente da secretaria de convocar pessoas que fizeram

concurso em 2015, porém, não se sabe quando isto ocorrerá. Quando questionado sobre a sua avaliação pessoal de qual era a principal dificuldade encontrada no atendimento aos alunos com NEE, ele afirmou que era justamente a ausência de intérpretes de libras.

Ele afirmou, ainda, que a escola segue todas as normas da secretaria de ensino quanto à inclusão de alunos com NEE e que a matrícula desses alunos é antecipada e prioritária; a escola também incentiva que os professores se capacitem para o atendimento aos alunos com NEE. Ele informou que no momento uma das professoras está participando de curso de LIBRAS oferecido pela própria secretaria de ensino, mas reconhece que atualmente os discentes precisam trabalhar 2 ou 3 turnos para terem uma renda que seja suficiente para sobreviverem, o que torna os esforços do poder público para a capacitação não exequíveis.

Não foi possível entrevistar os professores ou os alunos com NEE, mas o diretor afirmou que os professores têm bom relacionamento com esses alunos e que seu convívio na escola é normal, que eles interagem bem com os demais e com os funcionários.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É perceptível que ambas as Escolas EEG e EEMG se configuram em um espaço apto, assim como deve ser em todas as escolas regulares, a desenvolver trabalhos em prol da aprendizagem e da autonomia de todos os alunos e em especial daqueles que possui alguma deficiência, nesse sentido, a inclusão escolar beneficia a todas as pessoas envolvidas nesse processo de desenvolvimento.

A experiência de visitar uma instituição que possui pessoas com deficiências especiais foi engrandecedora para a nossa formação como profissionais da educação. Não foi possível a interação direta com o educando portador de autismo, mas o nosso olhar sobre o local e as características de acessibilidade que a mesma possuía, foi ampliado de maneira extraordinária. Nossa capacidade crítica em relação a como uma instituição de ensino têm que trabalhar com um estudante com necessidades educacionais especiais foi desenvolvida, e assim na nossa vida profissional podemos procurar maneiras de trabalhar de forma adequada com esses colegas.

A visita à escola EEG foi muito proveitosa e esclarecedora sobre o tema da educação especial, foi possível ver “in loco” as dificuldades que alunos com NEEs encontram desde muito cedo nas escolas brasileiras, e que apesar dos esforços de profissionais bem intencionados, sejam discentes e funcionários das escolas, ou das secretarias de ensino, uma

falta de recursos crônica e duradoura impede o avanço na melhoria do ensino público do país. Considerando que também os profissionais do ensino são desvalorizados e mal remunerados, é completamente razoável e compreensível a baixa eficiência dos alunos quando avaliados comparativamente com alunos de outros países, onde a educação é tratada como investimento e não como gasto. Nesse contexto, ao se avaliar a problemática do ensino voltado para pessoas com NEE, que exige ainda mais atenção, dedicação e investimentos da administração pública fica claro que ainda há muito por fazer.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>, Acesso em 12 de setembro de 2019.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: Psicologia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: WAK, 2011.

FONSECA, V. R. J. R. M. **EM TORNO DE SI MESMO**. *Mente & Cérebro*, ed. 169, fev. 2007, pág. 72.

JOHNSTON, P.; COSTELLO, P. **Principles for literacy assessment**. *Reading Research Quarterly*, 2005. 40: 256-267. doi:10.1598/RRQ.40.2.6

RODRIGUES, O. M. P. R. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente**. Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental. Org. Vera Lúcia Messias Fialho Capellini. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

SAMUELS, C. 2015. *Decades of Progress, Challenges Under Federal Special Education Law*. Arkansas State University. Disponível em: <<https://degree.astate.edu/articles/k-12-education/the-history-of-special-education-in-the-u-s.aspx>>

SANTOS, Daniela Silva dos. **Autismo e suas características no desenvolvimento humano**. Portal Educação, Campo Grande, 16 abr. 2014. Acesso em: 15 ago. 2016.



WINNICOTT, D. **Pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artes Médicas, ed.1. 1997.